

1

2

3

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4

Lei Estadual – Nº 10.546 / 2015

5

6 Ata da 137ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social da Paraíba

7

Local: CEAS - Conselho Estadual de Assistência Social, Casa dos Conselhos.

8

Praça Dom Adauto, 58, Centro de João Pessoa, CEP – 58010-670.

9

Data: 26/05/2023

10

11 Aos 26 dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se a 137ª Reunião
12 Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado da Paraíba - CEAS/PB,
13 sob a coordenação do conselheiro suplente Geraldo Souza de Oliveira Filho, vice-
14 presidente do CEAS - Representante da APIPCD. Estiveram presentes os seguintes
15 conselheiras/os Kassyá Samara Campos de Carvalho (titular) Representante Casa Civil; Jéssyca
16 Thamires Pontes Matias (suplente) – Representante da SEMDH; José Romero Martins dos
17 Santos (suplente) - Representante COEGEMAS; Willams Mariano dos Santos (suplente) -
18 Representante da CEFEC/ Sta Rita; Laureane Moreira Justino (titular) – Representante da Ent.
19 ICENO; Elisangela Soares Arruda (suplente) – Representante da Ent. ICENO; Alzineide
20 Barbosa Silva de Lima (titular) - Representante Ald.Inf. SOS; Camila Costa P. de A. Rodrigues
21 (titular) - Representante APAE; Maria Auxiliadora Alves Pereira (titular) - Representante dos
22 usuários; Kassandra Domingas de M. Batista (suplente) - Representante do CRESS; Janina R. M.
23 Monteiro (suplente) – Representante AC/Social; Rejane Batista Soares (titular) – Representante
24 FED./APAES; Jessica Christine Oliveira – Secretária Executiva do CEAS; Maria da Conceição
25 Farias, Daniela Ninfa de Lima Sousa e Eveline Rose - Técnicas da Secretaria Executiva do
26 CEAS. O vice-presidente dá as boas-vindas aos presentes, é feita a leitura da pauta proposta: I –
27 Aprovação da ata da 136ª reunião ordinária; II - Prestação de Contas do 2º Semestre de 2022; III
28 - Conferências de Assistência Social 2023; IV - Mapeamento das entidades sociais conveniadas
29 com a SEDH que atuam na Assistência à criança, adolescente, idoso e pessoa com deficiência
30 (PCD), visando subsídio de custeio a estruturação dos serviços por elas ofertados; V- Instalação
31 das comissões permanentes e temporárias, além dos grupos de trabalho que integram a estrutura
32 do CEAS; VI -Expansão dos Programas socioassistenciais voltados as pessoas com deficiência
33 (PCD), com a implantação do Centro de Atendimento ao Autista (CAA) regional do Cariri
34 ocidental paraibano; VII - Reapreciação do Plano Estadual de Assistência Social – PEAS
35 2020/2023; VII - Informes; VII - Palavra aberta. Inicia-se com a leitura da ata da 136ª reunião
36 ordinária com a aprovação. Seguindo com o segundo ponto da pauta, apresentação da prestação
37 de contas de 2022, esteve presente o técnico do FEAS Hedo Pimentel. O vice-presidente Geraldo
38 Souza menciona que devido a discussão desse ponto no grupo, achou relevante não trazer a
39 apresentação para essa reunião e propõe uma reunião extraordinária. A conselheira Kassyá
40 Samara ressalta que é grande a responsabilidade da análise da planilha de prestação de contas, a
41 quantidade de recurso público que é manuseando, e menciona que apenas em um período do dia
42 não é suficiente para uma discussão que leve a compreensão de todos. A proposta foi aprovada

43 por unanimidade. Encaminhamento: Marcar a realização de uma reunião extraordinária para o
44 dia 16 de junho de 2023 (sexta feira) em período integral para discutir a Prestação de contas de
45 2022. Prosseguindo com terceiro ponto da pauta Conferências de Assistência Social 2023. A
46 técnica do CEAS Daniela informa que a secretaria executiva está dando andamento na
47 formulação do relatório que será enviado aos municípios, as resoluções nº 4, que institui a
48 comissão de organização para a conferência de assistência social e a nº 5, que convoca a
49 conferência estadual de assistência social foram publicadas no diário oficial do estado no dia 17
50 de maio de 2023. Foram enviadas aos municípios as resoluções, as orientações e os informes do
51 CNAS, mencionou que a equipe de organização para as conferências da SEDH convocou um
52 representante de cada um dos conselhos que irão realizar suas conferências em 2023, para uma
53 visita técnica no espaço em que serão realizadas as conferências, no centro de convenções de
54 João Pessoa. A conselheira Kassandra lembra que na organização da conferência tem que ser
55 visto a disponibilidade de transporte para os participantes, devido a distância do local, menciona
56 que, com a retomada da participação dos conselhos no exercício da cidadania do ponto de vista
57 do controle social é importante garantir a ida dos usuários dessa política, fazendo esse
58 movimento de organização e mobilização, no caso não seria transporte só para os conselheiros
59 mas principalmente para os usuários da política. O conselheiro José Romero faz uma observação
60 que 50% desses conselheiros que vem dos municípios são representantes da sociedade civil, já
61 vem dos com as proposta deliberadas para discutir no momento da conferência estadual. O
62 conselheiro Willams Mariano informa que o CEFEC tem um grupo de apresentação com
63 crianças e jovens, e propõe ver a possibilidade de uma apresentação na abertura da conferência.
64 Encaminhamento: informar a organização da conferencia estadual da indicação do grupo de
65 dança do CEFEC para apresentação na abertura de 14^a conferencia estadual de assistência social.
66 Seguindo a pauta passamos para o próximo ponto; Mapeamento das entidades sociais
67 conveniadas com a SEDH que atuam na Assistência à criança, adolescente, idoso e pessoa com
68 deficiência (PCD), visando subsidio de custeio a estruturação dos serviços por elas ofertados, o
69 vice-presidente Geraldo Souza esclarece que é uma proposição de sua entidade a Associação
70 Paraibana de Inclusão da Pessoa com Deficiência – APIPCD, diz que muitas instituições possuem
71 convênio com a SEDH e não se vê publicidade do que se faz, e tem delas que tem vontade de
72 fazer mais o custeio não dá pra manter a própria instituição, neste sentido é necessário fazer um
73 mapeamento para se saber quantas são as entidades que estão recebendo recurso do estado e
74 quais são o resultado que essas instituições estão apresentando com esse recurso, esclarece que a
75 propositura desse ponto, é que sua instituição recebe convênio com o FUNCEP e este ano o
76 valor de \$ 550.000, (quinhentos e cinquenta mil) e será dividido em três parcelas, a dificuldade é
77 que os gestores municipais não querer pactuar nada, só mandam a clientela sem contrapartida
78 nenhuma, a instituição recebe cinco litros de álcool, duas caixas de luvas e máscaras, já
79 questionamos no Ministério público mas sem resultado. A nossa instituição hoje recebe 274
80 crianças autistas em idade de 10 a 12 anos e 150 com TDAH sem nenhuma política de
81 assistência e atenção, onde está o recurso para desenvolver ações para esse público, então é
82 necessário haver uma reunião com a SEDH para ver como está essa situação, pode ser que tenha
83 instituição que esteja recebendo mais dinheiro e não tenha tanta prestação de serviço e as que
84 tem mais prestação de serviço estão recebendo pouco. Coloco essa discussão para os
85 conselheiros. A conselheira Kassandra ressalta que o conselheiro traz é muito pertinente,



CONSELHO ESTADUAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

86 menciona que trabalha com avaliação social, pessoas que vão tentar benefício de prestação
87 continuada, é nítido a quantidade de pessoas com deficiência que estão desassistidas no nosso
88 estado, os relatos dessas mães, dos representantes legais e das próprias pessoas com deficiências,
89 o que elas escutam das instituições, é que a demanda está muito grande para o número de
90 profissionais e de serviços prestados a essa população, muitas pessoas excluídas, que estão com
91 seu desenvolvimento prejudicado por não ter assistência. Tive conhecimento que tem em João
92 Pessoa uma associação chama ADPADS, gostaria de saber se essa instituição é registrada, se
93 está recebendo recurso da assistência ou da saúde, se tem condição de ofertar os serviços. Foi
94 através do relato de uma mãe que paga o valor de trinta reais para ter acesso aos serviços. A
95 conselheira Camila Costa ressalta sua opinião, menciona que atua em dois lugares da APAE
96 onde sou mãe voluntária e conselheira, onde tem uma grande demanda que é a síndrome de
97 down e deficiência intelectual e múltipla, tem qualidade técnica mas não tem a quantidade de
98 profissionais para atender as demandas. Na secretaria de educação de Campina Grande onde atuo
99 como psicóloga, a principal demanda é deficiência TDH e não temos para onde encaminhar. O
100 conselheiro Geraldo Souza ressalta que o grande gargalo é os prefeitos, não querem dá uma
101 subvenção para a instituição se manter, o que faço aqui é uma denúncia mesmo, sabemos que se
102 trata de política partidária mas não deveriam machucar quem mais precisa. Poderíamos ter um
103 plano regional integrado como instrumento que determine aos prefeitos destinar recursos para
104 essas entidades, menciona ainda que clinicas privadas estão se estabelecendo fazendo o papel do
105 serviço social que não lhe de competência, por que acontece isso?, é a ausência do estado dentro
106 da assistência. A conselheira Auxiliadora fala que faz parte do Centro de Convivência da Pessoa
107 Idosa que é mantido pela SEDH, menciona que o prédio onde funciona o centro não bom para se
108 conviver, os banheiros sem portas, o pisos não é antiderrapante, até o momento não chegou
109 alimento para o lanche dos idosos. A conselheira Kassandra menciona sobre a fala da conselheira
110 Auxiliadora e ressalta a responsabilidade coletiva para analisar os recursos para aprovação, esse
111 e o papel dos conselheiros de questionar, por que o Centro de Convivência da Pessoa Idosa está
112 nessas condições? E a situação de outras entidades, vemos valores suntuosos que são destinados,
113 outro ponto é a garantia do acesso à educação das pessoas com deficiência, afirma que os direitos
114 delas estão sendo violados, uma mãe com deficiência visual analfabeta e o filho também
115 deficiente visual seguindo o mesmo caminho por que a escola em que estuda não dispõe das
116 tecnologias assistidas. O conselheiro Geraldo ressalta que exclusão é patente nossas vistas em
117 todos os espaços educação, assistência e saúde. Encaminhamento: Propor uma reunião em
118 conjunto com o CEAS, para discutir a questão do mapeamento das entidades conveniadas com a
119 SEDH e de como está a relação de entidades e governo, com as instâncias; DSUAS/SEDH, com
120 os órgãos da SEDH que envolve todos os órgão das políticas, da criança, do idoso, pessoas com
121 deficiência, convidar um representante do INSS e do Ministério público. Prosseguindo a
122 discussão do próximo ponto, a Instalação das comissões permanentes e temporárias, além dos
123 grupos de trabalho que integram a estrutura do CEAS, a técnica do CEAS esclarece que foi
124 enviada aos conselheiros a relação das comissões com as devidas atribuições, alguns do
125 conselheiros já se manifestaram em qual comissão irá fazer parte. Encaminhamento: A secretaria
126 executiva do CEAS enviará novamente a relação com as atribuições das comissões permanentes
127 do CEAS e determina um prazo para os conselheiros se posicionem, até a próxima quarta feira
128 (31/05). Seguindo a pauta ao ponto: Expansão dos Programas socioassistenciais voltados as

129 pessoas com deficiência (PCD), com a implantação do Centro de Atendimento ao Autismo
130 (CAA) regional do Cariri ocidental paraibano. O vice-presidente esclarece que a questão faz
131 referência ao estado todo, a exemplo do sertão que passa por dificuldade pois não tem centro de
132 atenção ao autismo, o fato é que, quanto mais o governo investir em centros de atendimento ao
133 autismo, menos problemas no futuro, a proposta de expansão regional do Cariri ocidental e
134 oriental paraibano, juntando essas duas áreas juntando as duas áreas são 34 (trinta e quatro)
135 municípios sem assistência ao autismo, é uma região que está desprovida desse serviço.
136 Encaminhamento: Agendar uma reunião extraordinária com a secretaria da SEDH e a equipe, o
137 Ministério Público Estadual e Federal, Conselho da Pessoa com Deficiência e a OAB para
138 discutir a implantação do Centro de Atendimento ao Autismo (CAA) regional do Cariri ocidental
139 paraibano. Dando continuidade próximo ponto a discutir; Reapreciação do Plano Estadual de
140 Assistência Social – PEAS 2020/2023. O vice-presidente esclarece que necessário fazer uma
141 reapreciação do plano que tem a vigência até 2023 para elaborar o plano para 2024, sugere que a
142 comissão de Normas da Política de Assistência Social pertinente a este assunto deve ficar
143 responsável para trazer o Plano anterior para discussão no colegiado. Encaminhamento: subsidiar
144 os conselheiros que fazem parte da comissão de Normas da Política de Assistência Social a
145 reapreciação do Plano Estadual de Assistência Social – PEAS 2020/2023 para trazer proposta
146 para elaboração do plano para 2024. Finalizada a pauta, o vice-presidente do CEAS Geraldo
147 Souza de Oliveira Filho encerrou a 137ª Reunião Ordinária do CEAS com agradecimento a
148 participação e colaboração de todos os conselheiros e da equipe da Secretaria Executiva.
149
150